

ENCCLA 2017 – Ação 6 - Consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.
1ª reunião – 07 de março de 2017, 14:30 – Sala Ana Paula Galdino-DRCI/SNJ

Pauta:

- Aprovação do Plano de Trabalho;
- Aprovação do Plano do Projeto;
- Apresentação da Estratégia e da Campanha Nacional de Prevenção Primária à Corrupção.

Coordenadores: **CNMP e SEGOV/PR**

Órgãos Presentes (19): **AGU, AJUFE, ATRICON (P/VC), BB, BNDES, CASA CIVIL/RS, CEF, CGU, CJF, CNMP, CONACI, FEBRABAN (P/VC), MD, MP/PI, MPF, MPT (P/VC), RFB, SEGOV/PR, TCU.**

Convidados (2): **CG/DF e FORGRAD.**

Órgãos ausentes (5): **ADPF, ANAPE, COAF, MP/MA, MP/PE**

- Secretaria Executiva – deu boas vindas a todos os participantes, contextualizando os objetivos da Ação 6/2017 que foram debatidos durante o processo de seleção dessa ação dentro dos trabalhos realizados na XIV Reunião Plenária da Enccla, parabenizando os Coordenadores da Ação pelo empenho na defesa da importante temática e pelo planejamento inicial muito bem elaborado, primeiro passo para se alcançarem os objetivos propostos.
- CNMP – Coordenador da Ação, o CNMP contextualizou aos presentes os objetivos gerais da Ação 6/2017, trazendo à reunião uma apresentação (power point) como forma de ilustrar o pensamento dos coordenadores a respeito dos trabalhos do Grupo. Destacou que o foco da Ação é a “prevenção primária da corrupção”, a partir de um viés preocupado com a recuperação da pessoa. Salientou que o objetivo específico da Ação é criar um programa de prevenção primária à corrupção. Quanto aos produtos, afirmou ter como ideia inicial a criação do “Selo Enccla – Estratégia Nacional de Prevenção Primária à Corrupção”, o qual seria concedido a instituições públicas, cujos projetos de programas educacionais preventivos à corrupção servissem de exemplo a outras entidades. Seria uma espécie de reconhecimento da Enccla a boas práticas.

- SEGOV/PR – destacou a importância da temática e a forma em que planejaram os trabalhos do grupo ao longo de 2017. Salientou que o primeiro desafio seria a elaboração de normas legítimas ao Edital de Chamamento Público, cujo objetivo seria a seleção de projetos de prevenção primária à corrupção que puderem ser adotados como modelo para as demais instituições públicas e de ensino. Sugeriu que a Enccla se aproximasse das grandes empresas para apresentar os projetos selecionados, num movimento de sensibilização do setor empresarial privado.
- CONACI – destacou a importância de se pensar na criação do Banco de Projetos e de Boas Práticas.
- TCU – sugere que seja buscado nas escolas projetos preventivos à corrupção, de fomento à integridade social e à educação para cidadania.
- BNDES – salientou ser de suma importância que os órgãos colaboradores da Ação 6/17 participem ativamente do levantamento de boas práticas e/ou projetos preventivos à corrupção existentes em suas instituições.
- AJUFE – sugeriu o envolvimento da iniciativa privada nesta Ação, tendo em vista a expertise das grandes empresas em ações de *compliance* que vem se desenvolvendo nos últimos anos por exigências legais e questões econômicas. Propôs que o Selo Enccla fosse estendido às instituições de ensino. Por fim chamou atenção à necessidade do grupo de se preocupar também com a detecção e repressão à corrupção, e não só com a questão da prevenção primária.
- SEGOV e CNMP – reafirmaram que o objetivo específico dessa ação é a prevenção primária à corrupção a partir da educação. Este seria a importante contribuição do grupo para a sociedade, não havendo condições de se preocuparem com a detecção e repressão neste momento.
- MPF – destacou que o ensino básico é o terreno fértil para fomentar esse tipo de ação. Sugere que os esforços do grupo se foquem em um projeto selecionado pelo grupo, ao invés de selecionarem várias ações que entendam boas.
- BB – Sugeriu que os trabalhos do grupo dessem uma atenção especial à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013.
- FORGRAD – agradeceu o convite para participar da ação, comprometendo-se a verificar dentre as Pró-Reitorias que participam do Fórum (FORGRAD) se há projetos de prevenção primária à corrupção em andamento, apresentando essas boas práticas na próxima reunião. Sugeriu a inclusão do SEBRAE na presente ação, destacando que a entidade possui um viés educacional voltado a prevenção à corrupção. Noticiou a respeito da existência de um Grupo dentro do Conselho Nacional de Educação (CNE) que tem como objetivo precípua dar cumprimento às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), criando, até 2014, os programas de extensão das universidades. Nesse contexto, sugeriu ser de fundamental importância a interlocução com esse grupo, no intuito de apresentar uma proposta de programa de extensão universitário voltado ao tema da prevenção primária à corrupção.
- RFB – destacou a existência de dois projetos dentro da Receita Federal de educação tributária, um dos quais voltado ao público infantil (Leãozinho).
- CGU – parabenizou a iniciativa da Enccla. Salientou o árduo trabalho que o grupo terá pela frente, especialmente a análise e seleção de projetos de educação.
- AGU – complementando a preocupação da CGU, sugeriu que o edital de chamamento público tivesse um prazo de no máximo de 30 dias.
- MPT/RN – relatou a experiência do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte na prevenção primária à corrupção.

- FEBRABAN – noticiou a realização de treinamentos no âmbito das entidades participantes da Federação. Trouxe como exemplo a escola da Fundação Bradesco, a qual tem entre suas matérias a preocupação com o tema da ética.
- CNMP – relatou que a Coordenação da Ação buscou contato com o MEC, mas ainda não foi possível sensibilizá-los a respeito da importância do envolvimento no presente trabalho. Alertou a necessidade de captação de recursos para a realização das atividades da Ação. Afirmou que fizeram um levantamento dos principais custos, destacando a necessidade da contratação de uma assessoria de comunicação, assessoria de tecnologia, entre outros...
- CEF – contextualizou ao presentes como funciona o “Programa de Integridade da CAIXA”.
- CG/DF – parabenizou a iniciativa, agradecendo o convite para participar da reunião, relatando aos participantes a experiência do órgão com o programa “Controladoria nas Escolas”.
- AGU – destacou a relevância da contratação de uma assessoria de imprensa.

Cronograma de Trabalho:

- SEGOV – sugeriu a realização de uma parceria “pro bono” público com alguma agência de publicidade.
- CNMP – sugeriu que esse convite fosse público e não direcionado a uma determinada agência.
- SEGOV – propôs que a questão da realização de uma parceria com uma assessoria de comunicação fosse deliberada pelo grupo, sendo que a unanimidade dos participantes aprovou essa parceria.
- Secretaria Executiva sugeriu, dentro da estratégia de divulgação do tema, que os participantes produzissem textos sobre a prevenção primária à corrupção, especialmente o papel da educação como instrumento de transformação, para ser veiculado no Boletim da Enccla.
- SEGOV – informou que até dia 07 de abril irá encaminhar ao grupo o levantamento de possíveis propostas de edital, a partir da colaboração de todos os participantes, bem como a apresentação do formato de seleção da agência que atuará na assessoria de comunicação. Concluiu ser necessário retirar no plano de trabalho a atividade “apresentação do plano de implementação das propostas vencedoras para o ano de 2018”, pois acredita que isso deva ser tema de ação própria no próximo ano.
- O grupo entendeu necessária a realização de uma reunião extra, além daquelas propostas no Plano de Trabalho, a qual passará a ser a terceira reunião, restando agendada a data de 10 de maio, às 14hs30min, no próprio DRCI (Sala Ana Paula Galdino). O tema específico dessa reunião será a “aprovação da campanha de publicidade”.
- Com a inclusão dessa reunião extra, o encontro seguinte foi transferido do dia 6 de junho para o dia 21 de junho, às 14hs30min, na Sala Ana Paula Galdino, no DRCI, em Brasília/DF.
- CNMP – entregou a todos os participantes um formulário para preenchimento sobre questões envolvendo os trabalhos do grupo e entrega à Secretaria Executiva até 10 de março.

- **Encaminhamentos:**

- Todos os órgãos colaboradores deverão pesquisar em suas respectivas instituições a existência de projetos e/ou boas práticas que representem medidas de prevenção primária à corrupção e encaminhar à Coordenação da Ação, por intermédio da Secretaria Executiva (enccla@mj.gov.br), juntamente com ideias e/ou propostas de redação de uma minuta do Edital de Chamamento Público até dia 07 de abril;
- Envio de textos e/ou artigos à Secretaria Executiva sobre o tema objeto da Ação para publicação no Boletim e site da Enccla;
- Até 10 de março (sexta-feira), os participantes deverão encaminhar o formulário preenchido à Secretaria Executiva, a qual repassará aos coordenadores;
- A Coordenação da Ação irá encaminhar aos participantes cópia da apresentação e do cronograma de atividades atualizado até dia 13 de março.

Brasília, 07 de março de 2017.

Secretaria Executiva da ENCCLA
Coordenação-Geral de Articulação Institucional
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
Ministério da Justiça